

NOVE LIVROS PARA CONHECER A REVOLUÇÃO MEXICANA

Gabriela Pellegrino Soares (DH)

A Revolução Mexicana, iniciada em fins do ano de 1910 e encerrada, como convencionam os historiadores, em 1917, quando se promulgou uma nova Constituição Federal, é um objeto de estudos de inesgotável atração e efervescência. Uma grande revolução que antecedeu o irromper da I Guerra Mundial e da Revolução Russa, e que ao lado de encerrar a longa ditadura de Porfirio Díaz, trouxe à luz forças sociais do México “profundo”, camponês e indígena. Uma revolução que abriu caminho para que se desenvolvessem novas formas de relação entre o Estado e a sociedade civil, em que as demandas dos setores populares por terra, direitos trabalhistas e educação tiveram de ser enfrentadas. Que abriu caminho também para posicionamentos políticos contundentes frente aos interesses econômicos dos Estados Unidos no país, e frente aos interesses de uma velha inimiga dos governos liberais no México – a Igreja Católica. Uma revolução, ao mesmo tempo, que inspirou ações culturais e artísticas de fôlego, nos campos da pintura muralista, da fotografia e da literatura, entre outros.

Por outro lado, as elites políticas que se colocaram no centro do poder a partir da década de 1920 deram origem a um partido único – o futuro PRI, Partido Revolucionário Institucional – que cultivou práticas autoritárias e corruptas nos longos anos em que controlou com exclusividade os altos cargos executivos da administração pública. E, na medida em que o tempo passava, o Estado deixava esquecidas, senão francamente contraditas, as demandas sociais da Revolução Mexicana.

Em meio aos tantos sentidos, possibilidades e desdobramentos controversos, as interpretações historiográficas assumem abordagens, ênfases posições distintas. Os trabalhos sobre o tema transbordaram em muito as fronteiras nacionais. Contribuições importantes vieram dos Estados Unidos, da Alemanha ou da França. Também no Brasil, a área de “História da América”, que floresce em várias Universidades, produzem-se teses, livros e artigos sobre aspectos da Revolução Mexicana e de suas repercussões em nosso país.

Neste Guia Bibliográfico, cabe aos colaboradores escolher algumas referências que introduzam o estudante no tema. É o que farei, lembrando o que já se sabe, isto é, que a lista está a anos luz de ser exaustiva. Algumas das referências comentadas não

foram traduzidas ao português e podem ser lidas – como era ainda mais frequente nos meus tempos de estudante – em espanhol.

Creio que um excelente ponto de partida é o livro **Breve Historia de la Revolución Mexicana: los antecedentes y la etapa maderista**, de Jesus Silva Herzog, lançado em 1960 pela Fondo de Cultura Económica – editora fundada com amparo do Estado pós-revolucionário. Anos depois, o autor finalizava o segundo volume do trabalho, dedicado aos anos finais do processo revolucionário.

Hoje disponível em edição de bolso, a obra se abre com um balanço sobre as mudanças perpetradas no regime de posse da terra ao longo do século XIX, em que a chamada Reforma Liberal dos anos 1850 representava um divisor de águas. Silva Herzog desenvolve a perspectiva de que, ao favorecerem a concentração fundiária no México, essas mudanças oferecem as chaves para se compreender o agravamento das tensões sociais na passagem do século XIX ao XX. Os acontecimentos políticos que marcaram a crise do Porfiriato (1876-1911) ganham então centralidade na narrativa, entremeada de anexos contendo manifestos, planos políticos e outros documentos fundamentais que pautaram o curso da Revolução conclamada por Francisco Madero, em 20 de novembro de 1910. Nessa data, o futuro autor da *Breve historia* recém completara 18 anos e não tardou em envolver-se diretamente em algumas das movimentações revolucionárias. Sua descrição apaixonada das personagens, dos episódios da guerra e das reviravoltas políticas que se desenrolaram até o ano de 1917, entrelaça-se com uma perspectiva histórica fruto do sólido lugar que Silva Herzog veio a ocupar, como Professor de Economia da UNAM (Universidad Nacional Autónoma de México), envolvido em importantes iniciativas que vicejaram no México pós-revolucionário. Dentre elas a criação, em 1942, da publicação antifascista *Cuadernos Americanos*, juntamente com o escritor e diplomata Alfonso Reyes e com intelectuais exilados da Guerra Civil Espanhola.

Mais recentemente, dois prestigiados autores com trajetórias ligadas ao Colégio do México e ao Instituto Nacional de Antropología e História produziram uma obra de referência, em que articulam a narrativa dos acontecimentos com balanços interpretativos, dialogando com outros trabalhos de relevo. Publicado pela Editora da Universidade do Texas em 1993, o livro foi traduzido para o português pela EDUSP, em 2000. Intitula-se **À Sombra da Revolução Mexicana. História Mexicana Contemporânea, 1910-1989**. Héctor Aguilar Camín e Lorenzo Meyer justificam o amplo recorte temporal com base no impacto do “fim” de uma era histórica marcada

pela Revolução, no momento em que o Partido Revolucionário Institucional, passados 79 anos do princípio do levante contra Porfirio Díaz, não foi capaz de eleger seu candidato à sucessão presidencial. A obra discute criticamente as diferentes etapas do longo processo – as várias revoluções dentro da Revolução, o *Maximato* de Plutarco Elías Calles na passagem da década de 1920 à de 1930, a “utopia” cardenista e a inflexão política dos anos 1940... Incorpora contribuições importantes dadas pela historiografia da segunda metade do século XX, ao relativizar binarismos que estavam dados nas interpretações pioneiras, ainda inebriadas pelos trunfos do movimento. A começar pelo lugar conferido ao Porfiriato como “causa” ou origem de tudo o que viria à tona a partir de 1910. Aguilar Camín e Lorenzo Meyer recuperam na página 15 algumas cifras daquele período para ressaltar que “a revolução desencadeada por Madero não foi filha da miséria e da estagnação, e sim da desordem provocada pela expansão e mudança”.

O olhar que revê os sentidos históricos da época porfirista à luz da explosão revolucionária remonta ao estudo magistral do historiador espanhol, naturalizado francês, François Xavier-Guerra. Sua tese de doutorado, **México: del Antiguo Régimen a la Revolución**, foi publicada em 1988 pela Fondo de Cultura Económica, em dois volumes. O trabalho discute a transição entre o México tradicional e o moderno, baseada em pactos de lealdade firmados entre Porfirio Díaz e determinados “corpos” sociais que, durante a Reforma Liberal, resistiram com tenacidade ao horizonte de mudanças. Na visão de Xavier-Guerra, nas décadas finais do século XIX, esses pactos asseguraram ao país a possibilidade de uma transição gradual em um ambiente político “pacificado”. Todavia, nos primeiros anos do século XX, o curso da modernização colocou em xeque muitos compromissos que o governo procurara assegurar, ao mesmo tempo em que novos setores sociais, fortalecidos pelas mudanças e não contemplados nas redes de lealdade que se haviam costurado, reclamavam seu lugar ao sol. A Revolução Mexicana devia ser assim analisada antes como resultado desses desequilíbrios do que como expressão de uma ruptura com um México antigo, arcaico e opressivo. O deslocamento sugerido pelo autor lançou nova luz sobre o Porfiriato, como uma época matricial do desenvolvimento da modernidade no México cujas tensões e conflitos merecem ser matizados. Até mesmo o problema da terra e da Reforma Liberal, que estavam no centro da interpretação de Silva Herzog e de muitos outros autores.

Hoje muitos trabalhos vêm procurando mostrar que, embora a Constituição liberal de 1857 instituísse o fim da posse comunitária da terra e dos bens corporativos

da Igreja Católica, na prática, o ritmo dessas mudanças variou conforme a região. Neste Guia Bibliográfico, contudo, escolhi privilegiar os clássicos.

Passemos então à obra organizada por Friedrich Katz, **Revuelta y Revolución: la lucha rural en México del siglo XVI al siglo XX** (Ediciones Era, 1986. 2v.). A obra cobre um período muito mais amplo do que o concernente ao tema da Revolução Mexicana, mas constitui uma referência fundamental para situar a centralidade do problema da terra na história do Vice-Reino da Nova Espanha e, posteriormente, do México. A quarta parte é dedicada ao cenário desenhado a partir de 1910 e tem o grande mérito de analisar não somente a trajetória dos camponeses do Centro-Sul, liderados por Emiliano Zapata, mas também dos “peões”, os trabalhadores rurais que já não viviam plenamente inseridos em comunidades agrárias, dependendo dos míseros salários pagos pela faina nas fazendas ou empresas de mineração. Também aborda, naturalmente, o lugar ocupado pela Divisão do Norte, comandada pelo general Pancho Vila.

A quinta e última parte de *Revuelta y revolución* traz um belo capítulo assinado por Katz, onde o autor coloca em perspectiva as “rebeliões rurais” no México desde 1810 quando, no chamado “Grito de Dolores”, eclodiu o movimento independentista encabeçado pelos Padres Hidalgo e Morelos. Afinal, a magnitude da presença de populações pobres do campo, no levante revolucionário de 1910, ganha novos sentidos quando se conhecem suas práticas políticas seculares.

O foco sobre a dimensão camponesa da Revolução Mexicana também está na origem de uma obra referencial – **Zapata y la revolución**, do historiador norte-americano John Womack (Siglo XXI, 1969; a primeira edição em inglês, do mesmo ano, saiu em Nova York pela Alfred A. Knopf). A primeira frase do prefácio esclarece: “Este é um livro acerca de alguns camponeses que não queriam mudar e que, por isso mesmo, fizeram a revolução”. Womack marca assim o centro da controvérsia historiográfica em torno do lugar dos camponeses – possuidores de terra e, portanto, não proletários – ao se insurgirem contra a ordem estabelecida. A controvérsia remonta ao clássico texto de Karl Marx “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”, o qual discute o apoio decisivo dado pelo campesinato francês à eleição do candidato conservador, no contexto que se seguiu à derrocada da monarquia e à onda revolucionária que cobriu a Europa no ano de 1848. Em 1851, Luís Bonaparte foi autor do golpe que estabeleceu um regime imperial na França, coroando-se Napoleão III.

O texto de Marx veio à luz entre 1851 e 1852, em meio aos acontecimentos. Muitos historiadores marxistas, tempos mais tarde, extrairiam desse texto argumentos

para opor os camponeses à possibilidade de uma revolução verdadeira, baseada na consciência sobre as contradições do sistema e no projeto socialista.

O livro de Womack sustenta a tese, no entanto, de que camponeses indígenas e mestiços que lutavam para restaurar seu acesso à terra e às formas de vida comunitária também faziam uma revolução. E narra com um olhar quase etnográfico as articulações entre o mundo dos *pueblos* e as premências da guerra comandada por Emiliano Zapata, ao lado e em confronto com outras forças do processo revolucionário.

A importância das populações indígenas e camponesas na Revolução Mexicana também ganhou contornos nos trabalhos voltados às décadas de 1920 e 1930. Em 1921, José Vasconcelos, respeitado membro do grupo *Ateneo de la Juventud* e ex-reitor da Universidade Nacional do México, assumiu a recém-criada Secretaria de Educação Pública. Sua gestão à frente do órgão, que se estendeu até próximo do fim da presidência de Álvaro Obregón, em 1924, é considerada um divisor de águas na história da educação e das artes no México.

Por um lado, Vasconcelos promoveu a figura dos *maestros misioneros*, enviados ao campo para combater o quadro de analfabetismo e de “isolamento” cultural do campesinato nos rincões do México. No convívio com as comunidades, acreditava-se que os professores missionários poderiam, pouco a pouco, integrar os índios a uma matriz cultural nacional e mestiça, mas de base hispânica.

Por outro, o secretário comissionou artistas para pintar cenas mexicanas nas paredes de prédios públicos das grandes cidades, à vista de todos. O chamado movimento muralista produziu narrativas visuais que conferiam aos índios um lugar central e ativo nos grandes acontecimentos da história nacional, das origens pré-hispânicas à celebrada Revolução. Pois era preciso afirmar a legitimidade do novo Estado perante os diferentes grupos que haviam ajudado a solapar o regime de Porfirio Díaz, forjando representações de sua incorporação, social e simbólica, à nova ordem política.

Obras como a da historiadora norte-americana Mary Kay Vaughan **La política cultural en la Revolución, maestros, campesinos y escuelas en México, 1930-1940** (México, Fondo de Cultura Económica, 2000, publicada em 1997 nos Estados Unidos), e as dos historiadores brasileiros Camilo de Mello Vasconcellos, **Imagens da Revolução Mexicana, o Museu Nacional de História do México, 1940-1982** (São Paulo, Alameda, 2007), Carlos Alberto Sampaio Barbosa, **A fotografia a serviço de Clio, uma interpretação da história visual da Revolução Mexicana, 1900-1940** (São

Paulo, Editora da Unesp, 2006) e Regina Crespo, **Itinerarios intelectuales: Vasconcelos, Lobato y sus proyectos para la nación** (México, UNAM, 2004), exploram os caminhos das construções culturais que (re)criaram as imagens da nação e o jogo das forças políticas na época pós-revolucionária.

As escolas rurais, as pinturas muralistas e também os álbuns de fotografias da família Casasola, estudados por Carlos Alberto Barbosa, sinalizavam o novo lugar reservado aos camponeses no México, em que a retórica enaltecadora se combinava com medidas efetivas, de reforma agrária e integração cultural.

De minha parte, tenho consagrado pesquisas ao período anterior à Revolução, quando as escolas, os *maestros* rurais e a demanda indígena pelo aprendizado das primeiras letras e do espanhol estavam mais presentes nos *pueblos* do que tomavam como premissa importantes trabalhos centrados no marco do momento de ruptura histórica. A magnitude dos acontecimentos, todavia, faz da Revolução Mexicana uma referência obrigatória também para aqueles que escolhem privilegiar seus entornos e as temporalidades mais longas. Com sua eclosão, irradiando energia para toda a América Latina, o México marcava sua entrada no século XX.